

VIOLÊNCIAS PROTAGONIZADAS POR TREINADORES NO FUTSAL DE MULHERES¹

VIOLENCE PERPETRATED BY COACHES IN WOMEN'S FUTSAL

VIOLENCIA PERPETRADA POR ENTRENADORES EN EL FÚTBOL SALA FEMENINO

Bárbara Aparecida Bepler Pires

Doutoranda em Educação Física, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

E-mail: barbarabepler@gmail.com

Ludmila Nunes Mourão

Doutora em Educação Física, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

E-mail: mouraoln@gmail.com

Ana Karolina Oliveira da Silva

Mestranda em Educação Física, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

E-mail: anakarolods@gmail.com

Jefferson da Silva Novaes

Doutor em Educação Física, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

E-mail: jeffsonnaes@gmail.com

Resumo

Este estudo teve como objetivo identificar as violências protagonizadas por treinadores/as presentes nas narrativas de mulheres atletas do futsal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com seis atletas residentes em Juiz de Fora/MG. A análise foi conduzida com base na técnica de Análise de Conteúdo temática. Os resultados evidenciaram que todas as participantes relataram ter vivenciado ou presenciado algum tipo de violência no contexto esportivo, caracterizadas como violência de gênero, simbólica, assédio moral, negligência, violência psicológica e física. Constatou-se a normalização dessas práticas violentas, bem como a carência de letramento das atletas sobre as violências no esporte. Recomenda-se promover ações formativas voltadas à prevenção e enfrentamento das violências de gênero no esporte, tanto para atletas quanto para treinadores/as, contribuindo para a construção de ambientes esportivos mais éticos, seguros e inclusivos.

Palavras-chave: Violências no esporte; Violência de gênero; Futsal; Treinadores; Mulheres atletas.

Abstract

This study aimed to identify instances of violence perpetrated by coaches in the narratives of female futsal athletes. This is a qualitative study, with data collected through semi-structured interviews with six athletes residing in Juiz de Fora/MG, Brazil. The analysis was conducted using thematic content analysis. The results showed that all participants reported experiencing or witnessing some type of violence in the sporting context, characterized as gender-based violence, symbolic violence, moral harassment, neglect, psychological violence, and physical violence. The normalization of these violent practices was observed, as well as a lack of literacy among the athletes regarding violence in sports. It is recommended to promote training programs focused on the prevention and confrontation of

¹ Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio financeiro, por meio do Projeto APQ-04458-23.

gender-based violence in sports, for both athletes and coaches, contributing to the construction of more ethical, safe, and inclusive sporting environments.

Keywords: Violence in sports; Gender violence; Futsal; Coaches; Women athletes.

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo identificar instancias de violencia perpetrada por entrenadores en las narrativas de atletas femeninas de futsal. Este es un estudio cualitativo, con datos recopilados a través de entrevistas semiestructuradas con seis atletas residentes en Juiz de Fora/MG, Brasil. El análisis se realizó mediante análisis de contenido temático. Los resultados mostraron que todas las participantes informaron haber experimentado o presenciado algún tipo de violencia en el contexto deportivo, caracterizada como violencia de género, violencia simbólica, acoso moral, negligencia, violencia psicológica y violencia física. Se observó la normalización de estas prácticas violentas, así como una falta de alfabetización entre los atletas con respecto a la violencia en el deporte. Se recomienda promover programas de capacitación centrados en la prevención y el enfrentamiento de la violencia de género en el deporte, tanto para atletas como para entrenadores, contribuyendo a la construcción de entornos deportivos más éticos, seguros e inclusivos.

Palabras clave: Violencia en el deporte; Violencia de género; Fútbol sala; Entrenadores; Atletas femeninas

1. Introdução

No imaginário social e midiático, o Brasil frequentemente é apresentado como o “país do futebol”, alcunha reiteradamente difundida no cenário internacional como uma das principais metáforas da identidade nacional. Todavia, essa associação convive com o fato de que o futebol constitui um fenômeno cultural de dimensão global. Ainda assim, essa prática cultural amplamente celebrada não se constituiu, historicamente, como um espaço igualmente acessível a todos, uma vez que o futebol foi marcado por fortes delimitações de gênero e consolidado como território de masculinidade. No caso brasileiro, essa hierarquização de gênero foi também institucionalizada por meio de políticas e dispositivos legais que restringiam a participação de mulheres no esporte.

O Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que criou o Conselho Nacional de Desportos (CND) e integrou o conjunto de medidas do Estado Novo voltadas à organização e centralização das práticas esportivas no país. Entre suas principais disposições, instituiu o CND como órgão responsável por orientar, normatizar e fiscalizar o esporte no Brasil; estabelecer diretrizes para a organização das entidades esportivas; atribuir ao conselho o poder de regular modalidades e práticas esportivas. Em seu artigo 54, o decreto determinou que “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza” (Brasil, 1941). Entretanto, o texto não especificava quais modalidades seriam consideradas incompatíveis, delegando ao CND a responsabilidade de

regulamentar essa definição posteriormente.

De acordo com Bonfim (2019), à época o futebol praticado por mulheres era considerado um esporte desaconselhável, violento e incompatível com a chamada “natureza feminina”, razão pela qual sua prática foi proibida. Essa concepção, ancorada em valores morais e científicos da época, sustentou por quase quatro décadas a interdição da participação de mulheres no futebol no Brasil. Posteriormente, em 1965, uma deliberação do Conselho Nacional de Desportos (CND) reafirmou essa restrição ao listar modalidades vedadas às mulheres, entre elas o futebol, o futebol de salão, o polo aquático e o rugby.

Historicamente constituído como um espaço atravessado por representações de masculinidade, o futebol consolidou valores e códigos culturais que também foram incorporados por modalidades derivadas, como o futebol de salão, difundido no Brasil a partir da década de 1950. Nesse contexto, a presença das mulheres nas práticas futebolísticas foi marcada, por décadas, por restrições sociais e institucionais que buscavam controlar sua participação no esporte.

Ainda assim, mesmo sob o risco de punições legais, incluindo a possibilidade de prisão pela participação em partidas (Carvalho; Prado, 2023), muitas mulheres persistiram na prática do jogo. Em diferentes contextos, o futebol de salão foi mobilizado como estratégia para contornar os impedimentos impostos à participação das mulheres. Dessa forma, longe de uma posição passiva, elas tensionaram as normas vigentes e mantiveram vínculos com o universo futebolístico, ainda que em circuitos informais, ao longo das quase quatro décadas em que tais restrições permaneceram em vigor (Nascimento, 2020).

Apenas com a revogação dessas restrições no final da década de 1970 é que se ampliaram as possibilidades de inserção das mulheres nas práticas futebolísticas, favorecendo, nas décadas seguintes, o crescimento e a maior visibilidade da modalidade no país.

O futsal², presente hoje nas quadras de bairros, clubes, escolas e universidades, é um dos esportes mais praticados no país (Kessler, 2015; Marques; Marchi Júnior, 2019) e, impulsionado por conquistas dos homens e das mulheres

² Em 1990, sob as novas diretrizes da FIFA (Federação Internacional de Futebol), o futebol de salão sofreu algumas modificações e passou a ser reconhecido como futsal.

em competições continentais e mundiais, a modalidade perpassa por um processo de crescente valorização midiática e de profissionalização no país.

Entretanto, as mulheres ainda enfrentam desdobramentos do longo período de interdições à sua participação nas práticas futebolísticas, bem como das estruturas patriarcais historicamente enraizadas no campo esportivo: ligas subfinanciadas, acesso limitado a instalações adequadas de treinamento, disparidades salariais e recorrentes casos de assédio e abuso.

Tais assimetrias também se manifestam no plano institucional. A FIFA (Federação Internacional de Futebol), responsável pela organização das principais competições internacionais de futsal de homens desde a década de 1990, reconheceu oficialmente a modalidade para as mulheres apenas em 2015. A realização da primeira Copa do Mundo de Futsal Feminino organizada pela entidade ocorreu somente em 2025, evidenciando o tardio processo de institucionalização da modalidade. Apesar desse histórico de marginalização e dos desafios ainda presentes, a seleção brasileira conquistou o título da competição, resultado que reafirma a relevância esportiva do país no cenário internacional.

As restrições historicamente impostas à participação das mulheres em determinadas práticas corporais foram frequentemente justificadas por argumentos de caráter biológico-científico que tomavam a anatomia dos corpos como destino social. Nessa perspectiva biologicista, diferenças corporais entre homens e mulheres eram mobilizadas para legitimar desigualdades sociais e delimitar os espaços considerados apropriados para cada sexo (Goellner, 2013).

Tal concepção contribuiu para a construção de identidades de gênero baseadas em comportamentos socialmente esperados, nos quais o gênero deveria corresponder rigidamente ao sexo atribuído no nascimento (Oliveira, 2014). Essa lógica sustenta-se em um modelo binário que opõe categorias como macho/fêmea e homem/mulher, produzindo uma leitura simplificada e excludente das identidades.

Como aponta Scott (1995), o binarismo de gênero tende a invisibilizar as múltiplas formas de identificação e experiência dos sujeitos, restringindo a compreensão das diversidades e pluralidades que constituem o ser e o estar no mundo. Neste sentido, a produção social das diferenças de gênero opera como mecanismo de hierarquização e normalização das identidades e conforme argumenta Louro (2001), a organização social do gênero está ancorada em uma

matriz de inteligibilidade que estabelece expectativas normativas sobre os corpos e comportamentos.

Tal formulação dialoga com as contribuições de Butler (2003) para quem os gêneros são produzidos e reiterados por meio de práticas discursivas e performativas que regulam a inteligibilidade dos sujeitos. Portanto, espera-se que mulheres performem feminilidade e se conformem a padrões heteronormativos que pressupõem coerência entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Como sintetiza Seffner (2013), esse regime normativo naturaliza a correspondência entre nascer macho ou fêmea, tornar-se homem ou mulher e manifestar desejo afetivo-sexual pelo sexo oposto.

A heteronormatividade, nesse sentido, atua como um dispositivo regulador das identidades, produzindo classificações que associam o feminino à mulher heterossexual e o masculino ao homem heterossexual (Oliveira, 2014). Como consequência, sujeitos que não se enquadram nesse alinhamento entre sexo, gênero e sexualidade tornam-se alvo de sanções sociais, simbólicas e institucionais. No campo esportivo, tais mecanismos contribuem para processos de exclusão, vigilância e marginalização de mulheres que desafiam os padrões normativos de feminilidade e sexualidade (Knijnik, 2006).

A partir dessa matriz de inteligibilidade, observa-se que as normas de gênero operam como mecanismos de vigilância e regulação das identidades também no contexto esportivo. Assim como meninos que não praticam determinadas modalidades podem ter sua masculinidade confrontada por seus pares, meninas que se inserem em esportes historicamente associados ao universo masculino frequentemente têm sua sexualidade colocada sob suspeição. Nesse cenário, as relações estabelecidas entre treinadores/as e atletas configuram um espaço atravessado por hierarquias e assimetrias de poder.

No campo esportivo, tais hierarquias são reforçadas por estruturas institucionais e simbólicas que historicamente privilegiaram a masculinidade como referência normativa de desempenho e autoridade. Como argumenta Connell (1995), a masculinidade hegemônica organiza relações sociais que tendem a subordinar outras formas de masculinidade e, sobretudo, a feminilidade. Nesse contexto, práticas esportivas podem funcionar como arenas privilegiadas de reprodução dessas hierarquias. Além disso, conforme aponta Bourdieu (2010),

relações sociais marcadas por assimetrias de poder podem produzir formas de violência simbólica, frequentemente naturalizadas pelos próprios sujeitos envolvidos. No ambiente esportivo, essa dinâmica pode se manifestar na relação entre treinadores/as e atletas, especialmente quando a autoridade técnica e institucional se combina com desigualdades de gênero e idade.

Como destaca Messner (1992), o esporte moderno foi historicamente estruturado como um espaço de afirmação da masculinidade, o que contribui para a reprodução de práticas de controle, disciplinamento e, por vezes, violência sobre corpos que desafiam as normas de gênero dominantes. Problematizar a relação treinador/a e atleta, portanto, implica reconhecer como tais assimetrias podem favorecer a ocorrência de diferentes formas de violência simbólica, psicológica, física e sexual que incidem de maneira particular sobre as atletas. Tais práticas, muitas vezes silenciadas ou naturalizadas no interior das instituições esportivas, revelam como as relações de poder estruturam experiências de vulnerabilidade e exclusão no esporte.

Nas últimas décadas, estudos internacionais têm evidenciado de forma crescente a ocorrência de diferentes formas de violência no esporte de alto rendimento, especialmente no interior das relações entre treinadores/as e atletas (Stirling; Kerr, 2009; Hartill et al., 2023). A assimetria de poder característica dessa relação marcada por forte dependência da atleta em relação ao treinador/a e pela extensão de sua autoridade para além do treino constitui um importante fator de risco para abusos físicos, sexuais e, sobretudo, emocionais (Stirling; Kerr, 2013; Fournier; Parent; Paradis, 2021). Investigações mais recentes indicam que essas dinâmicas podem assumir a forma de humilhações, intimidação, punições desproporcionais, exclusão e outras estratégias de controle psicológico e verbal, muitas vezes naturalizadas como parte do processo de formação de atletas de alto rendimento (Strand, 2021; Lang et al., 2023).

Estudos com atletas de elite europeus apontam que experiências de violência psicológica, física e sexual permanecem relativamente disseminadas no esporte organizado, com taxas particularmente elevadas de violência psicológica e sobreposição entre diferentes tipos de vitimização (Hartill et al., 2023; Ohlert et al., 2021). Em consonância, documentos internacionais do Comitê Olímpico Internacional sobre assédio e abuso no esporte enfatizam que fatores estruturais do

alto rendimento como hierarquias rígidas, relações de dependência entre atletas e treinadores/as e culturas esportivas altamente competitivas e orientadas ao resultado favorecem tanto a reprodução quanto a invisibilização dessas práticas (Mountjoy et al., 2016).

Entretanto, estudos qualitativos focados no contexto brasileiro, com destaque para o futsal de mulheres em níveis não profissionais, especialmente no que se refere a situações de abuso, assédio e outras formas de violência contra mulheres no contexto esportivo ainda são relativamente escassos. Nesse sentido, essa pesquisa dialoga com uma lacuna legítima do campo.

Essa lacuna é particularmente significativa diante da centralidade que tais relações assumem na organização das práticas esportivas e na formação de atletas. Paralelamente, episódios recorrentes divulgados pela mídia têm evidenciado a existência de um problema que permanece pouco investigado no campo acadêmico, além de insuficientemente visibilizado e notificado nas instituições esportivas (Alves, 2024).

De acordo com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (CEDECA) (2014, p. 41), “[...] com medo do estigma e de perder sua grande chance no futebol, muitas vítimas se refugiam no silêncio”, e quando denunciam, “[...] a punição dos culpados ainda esbarra em preconceitos arraigados ou mesmo em uma perversa lógica que deposita sobre as vítimas parte da responsabilidade pela violência cometida contra elas”. Dito isso, os casos de assédios, abusos, situações de explorações e violências no universo do futsal ainda são subnotificados.

Considerando que são as mulheres atletas de elite, principalmente, que tem maior risco de serem abusadas, assediadas e exploradas sexualmente por seus treinadores/as e membros da comissão técnica (Lang et al., 2023), grande parte das pesquisas que tematizam as relações abusivas entre treinadores/as e atletas focam em atletas que já performaram no alto rendimento. Por outro lado, não consideram os relatos, vivências e experiências de outras atletas que constituem a base da pirâmide do esporte, concentrando o maior número de praticantes espalhadas pelo desporto escolar, universitário, além das práticas amadoras.

À vista disso, o presente estudo se insere na lacuna destas investigações por considerar necessário ouvir e visibilizar o discurso de mulheres praticantes do futsal

sobre as violências cometidas por seus/suas treinadores/as durante sua trajetória esportiva. Para tanto, o estudo procura identificar como diferentes formas de violências são experienciadas ou normalizadas dentro das relações de poder entre treinadores/as e atletas.

2. Processos metodológicos

Este estudo insere-se no campo das abordagens qualitativas, orientando-se pela interpretação das realidades sociais e dos significados produzidos pelos sujeitos em seus contextos de interação (Bauer; Gaskell; Allum, 2008). Nessa perspectiva, privilegia-se a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, atentando para dimensões simbólicas, relacionais e contextuais que não se esgotam em procedimentos de mensuração (Minayo, 2009). Metodologicamente, a investigação concentra-se na análise de microprocessos sociais, realizando uma leitura intensiva do material empírico e articulando-o a pluralidade de perspectivas teórico-metodológica que caracteriza o campo contemporâneo dos estudos qualitativos (Martins, 2004).

A pesquisa foi realizada com seis mulheres atletas de futsal maiores de 18 anos, que participaram da modalidade em diferentes níveis competitivos, selecionadas de forma intencional, residentes na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Todas as participantes apresentaram trajetórias relevantes no futsal, consideradas significativas para a compreensão do fenômeno investigado. A seleção das entrevistadas ocorreu de forma intencional, tendo em vista sua experiência e inserção na modalidade, aspectos que contribuíram para a produção de narrativas relevantes para os objetivos da pesquisa. A escolha por um número reduzido de participantes está alinhada à perspectiva qualitativa adotada, que privilegia a análise aprofundada das experiências e dos significados atribuídos pelas participantes às suas trajetórias em seus contextos sociais.

Como critérios de inclusão, as participantes deveriam ser residentes na cidade de Juiz de Fora e ter 18 anos completos no momento da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Como critérios de exclusão, foram desconsideradas as mulheres que tenham sido treinadas pela pesquisadora, que não possuíam experiência prévia com o futsal ou que não tenham participado de torneios ou competições durante a infância e/ou juventude.

A fim de preservar o anonimato das participantes, suas identidades foram substituídas por códigos alfanuméricos (A1 a A6), nos quais a letra “A” refere-se a atleta e o número corresponde à ordem cronológica de participação na pesquisa. O estudo foi desenvolvido somente após aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 60579622.1.0000.5147, de acordo com a Resolução 466/12. As participantes leram e assinaram o TCLE virtualmente, aceitando participar voluntariamente da pesquisa.

O roteiro de entrevista foi elaborado pelos pesquisadores, contou com a colaboração crítica de professores/as de metodologia da pesquisa atuando como juízes e membros experientes do Grupo de Estudos em Gênero, Educação Física, Saúde e Sociedade (GEFSS) e se construiu em três blocos. Esses blocos foram estruturados a partir de conjuntos de perguntas que buscavam explorar diferentes dimensões da experiência das participantes no contexto esportivo.

Tal organização orientou a abordagem de situações potencialmente relacionadas a práticas de violência presentes nas relações entre treinadores/as e atletas, permitindo identificar como essas experiências eram percebidas, interpretadas e narradas pelas participantes. Esses blocos tratavam sobre: i) das experiências dessas mulheres com o futsal (quando iniciou no esporte, tempo de prática, experiência com treinador/a); ii) destaques para situações de negligência, situações de violência ou abusos; iii) o impacto dos comportamentos dos/as treinadores/as no seu desempenho em treinos e jogos (situações potencialmente associadas a práticas de violência).

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas e gravadas virtualmente, por meio de videochamada, utilizando o serviço de comunicação Google Meet, entre os meses de novembro (2022) e janeiro (2023). O roteiro foi entregue as participantes junto com um documento de apoio³ elaborado pelas pesquisadoras. As entrevistas foram transcritas de forma literal. Após a transcrição, cada

³ Este documento de apoio foi construído para orientar as atletas acerca dos conceitos presentes nas questões da entrevista sobre as violências, negligência, assédio moral e sexual e ao abuso sexual. Ele se apresentou como uma estratégia de letramento para as mesmas e foi baseado em documentos oficiais do Comitê Olímpico do Brasil, a saber: Política de prevenção e enfrentamento à violência, assédio e abuso” (Comitê Olímpico do Brasil, 2021) e Caderno de estudos de casos, com sugestão de ações de enfrentamento e acolhimento (Instituto Olímpico Brasileiro, 2021).

participante recebeu um arquivo contendo sua respectiva entrevista para que pudesse avaliar o conteúdo, sendo possível retificar seu depoimento, se julgasse necessário. As seis atletas ratificaram suas declarações.

A análise do material empírico foi realizada por meio da Análise de Conteúdo temática, entendida como um conjunto de técnicas de análise sistemática que permite identificar, organizar e interpretar sentidos presentes nos discursos, conforme os pressupostos de Minayo (2012). Inicialmente, procedeu-se à leitura flutuante das entrevistas transcritas, com o objetivo de apreender o conjunto das narrativas e identificar elementos recorrentes relacionados às experiências das participantes no contexto do futsal. Em seguida, realizou-se um processo de codificação orientado pelos blocos temáticos que estruturaram o roteiro de entrevistas, buscando identificar unidades de sentido associadas às relações estabelecidas entre treinadores/as e atletas e às possíveis situações de violência emergentes nesses contextos.

A partir desse procedimento, os três blocos temáticos que organizaram o roteiro de entrevistas (experiências das participantes no futsal, relatos de situações de violências, negligência, abuso ou assédio e impactos dos comportamentos de treinadores/as no desempenho esportivo) foram utilizados como eixos analíticos iniciais para a construção de um quadro conceitual a priori sobre práticas de violência e abuso nas relações treinador/a-atleta. Esses eixos permitiram problematizar as narrativas das participantes, articulando suas experiências individuais a dimensões mais amplas das dinâmicas de poder e das práticas cotidianas presentes no contexto esportivo, possibilitando uma interpretação sistemática dos sentidos atribuídos por essas mulheres às situações vivenciadas ao longo de suas trajetórias no futsal.

Por fim, a pesquisadora principal deste trabalho é também atleta e treinadora de futsal e futebol, portanto, reconhecendo que tal experiência pode contribuir com as discussões optamos por amparar nossa produção na autoetnografia, haja vista que ela [...] “é uma das abordagens que reconhece e dá origem à subjetividade, à emotividade e à influência do pesquisador em seu trabalho, em vez de obscurecer essas questões ou fingir que não existem” (Ellis; Adams; Bochner, 2015, p. 252, tradução nossa). E, concomitantemente a essa escolha metodológica, questionamos constantemente as inferências, buscamos múltiplas perspectivas na

literatura e mitigamos possíveis vieses, mantendo os aspectos éticos da pesquisa.

3. Análise e discussão

A análise das entrevistas realizadas com as seis atletas de futsal permitiu identificar diferentes aspectos que atravessam suas trajetórias esportivas e as relações estabelecidas com treinadores/as ao longo de suas experiências na modalidade. A partir dos procedimentos de análise de conteúdo utilizados, os relatos foram organizados em três eixos temáticos que dialogam diretamente com os blocos que estruturaram o roteiro de entrevistas: i) as trajetórias das participantes no futsal; ii) os relatos de situações de negligência, violência, abuso ou assédio no contexto esportivo e iii) os impactos dos comportamentos de treinadores/as no desempenho esportivo.

Dessa forma, a organização analítica a partir desses eixos permitiu compreender não apenas os acontecimentos narrados pelas participantes, mas também os sentidos atribuídos por elas às experiências vividas no ambiente esportivo. Nesse processo, as narrativas revelaram como as relações estabelecidas com treinadores/as constituem um elemento central na configuração das experiências dessas mulheres no futsal, influenciando tanto suas trajetórias esportivas quanto suas percepções sobre o ambiente de treino e competição.

De modo geral, os depoimentos evidenciam que a presença de práticas potencialmente associadas a formas de violência no esporte não se manifesta apenas em episódios explícitos de assédio e abuso, mas também em dinâmicas cotidianas marcadas por relações hierárquicas, assimetrias de poder e comportamentos naturalizados no contexto esportivo. Assim, a análise das falas das participantes possibilitou identificar diferentes modos pelos quais tais práticas são vivenciadas, percebidas e interpretadas pelas atletas, evidenciando tensões entre processos de formação esportiva, expectativas de desempenho e formas de tratamento adotadas por treinadores/as.

Nos eixos temáticos a seguir, apresentam-se e discutem-se os principais elementos que emergiram das entrevistas, organizados a partir dos três blocos definidos no processo de análise.

3.1 Trajetórias das participantes no futsal

As atletas participantes desta pesquisa se identificaram com o gênero feminino e possuem entre 19 e 29 anos, sendo 24 anos a média de idade entre elas. Ao serem questionadas sobre suas identificações étnico/raciais, se autodeclararam como brancas (A1, A2, A3, A4), preta (A5) e parda (A6). No que se refere à identificação étnico-racial, observa-se uma predominância de atletas brancas entre as participantes da pesquisa. Ainda que o grupo incluía mulheres negras e pardas, essa distribuição sugere que os processos de acesso e permanência no esporte institucionalizado podem ser atravessados por desigualdades raciais que refletem dinâmicas estruturais presentes na sociedade brasileira.

No que se refere à iniciação esportiva, todas as participantes relataram ter tido o primeiro contato com o futsal ou futebol ainda na infância. Destaca-se o caso de A1, que iniciou a prática aos quatro anos de idade, embora tenha tido seu primeiro treinador apenas aos oito. Situação semelhante foi observada com A4, que começou a praticar futsal aos oito anos nas aulas de Educação Física escolar e passou a treinar sob orientação técnica aos dez anos. Já A6 relatou ter iniciado a prática também no contexto escolar, tendo acesso a treinamentos sistematizados apenas aos 17 anos, quando passou a ser orientada por sua primeira treinadora, uma mulher.

A diferença temporal entre o primeiro contato com a modalidade e o início de treinamentos estruturados com a presença de um/a treinador/a é um aspecto recorrente na literatura sobre futebol e futsal de mulheres. Estudos apontam que muitas meninas iniciam a prática em espaços informais, como ruas, quadras públicas, quintais ou em interações com familiares e amigos (Kessler, 2010; Altmann; Reis, 2013; Costa et al., 2018). Além disso, enfrentam dificuldades para acessar espaços esportivos institucionalizados e programas de treinamento estruturados (Pires, 2018). Essas trajetórias evidenciam que a inserção delas no esporte frequentemente ocorre em contextos marcados por menor institucionalização, o que implica um contato tardio com a figura do/a treinador/a e, conseqüentemente, com as estruturas formais de socialização esportiva.

Por outro lado, as participantes A2, A3 e A5 relataram ter iniciado na modalidade já na presença de um/a treinador/a, aos sete, oito e onze anos, respectivamente. Essa diversidade nas trajetórias de entrada no esporte sugere diferentes formas de mediação institucional na formação esportiva dessas atletas, o

que pode influenciar tanto os processos de aprendizagem quanto as formas de construção das relações de autoridade no ambiente de treinamento.

Considerando que esta pesquisa se dedica a analisar as relações estabelecidas entre as seis participantes e seus/suas treinadores/as, torna-se relevante dimensionar a temporalidade e o universo de profissionais que atravessaram suas trajetórias esportivas. Deste modo, foi possível identificar aproximadamente 45 treinadores/as que, em diferentes momentos, estiveram envolvidos em seus processos de formação e atuação no futsal. Esse conjunto de relações evidencia que as trajetórias esportivas das participantes se desenvolveram em uma rede relativamente ampla de treinadores/as, o que reforça a importância de compreender como diferentes estilos de liderança, formas de exercício da autoridade e concepções sobre gênero e sexualidade podem atravessar as interações estabelecidas no cotidiano do treinamento.

Considerando esses aspectos a literatura tem apontado que as experiências sociais são constituídas por múltiplos marcadores que operam de forma articulada, produzindo diferentes posições de privilégio e vulnerabilidade. Nesse sentido, a perspectiva da interseccionalidade proposta por Crenshaw (1989) e posteriormente desenvolvida por autoras como Collins (2019) e Akotirene (2019), destaca justamente que gênero, raça e classe não atuam de forma isolada, mas se entrelaçam na produção das experiências sociais. No contexto esportivo, essa abordagem permite compreender que a inserção de mulheres no futebol e no futsal não é atravessada apenas por desigualdades de gênero, mas também por hierarquias raciais que podem influenciar oportunidades de participação, visibilidade, reconhecimento e legitimidade (Martins; Silva; Vasquez, 2021).

Assim, ainda que as relações raciais não constituam o foco central desta investigação, a diversidade étnico-racial presente entre as participantes evidencia a importância de uma leitura interseccional para compreender de forma mais abrangente as dinâmicas sociais que atravessam o futebol e o futsal praticados por mulheres.

No que se refere à orientação sexual das participantes, três atletas se identificaram como bissexuais (A4, A5, A6), duas como lésbicas (A1, A3) e uma como heterossexual (A2). Desse modo, cinco das seis atletas entrevistadas situam-se fora da norma heteronormativa. Oliveira (2014) identificou predominância de

mulheres lésbicas e bissexuais como praticantes de futsal e futebol e, resultados semelhantes são apontados por Mennesson e Clément (2003), Silveira (2008) e Rosa et al. (2020). Esses estudos indicam que o futebol e o futsal praticados por mulheres podem constituir espaços de sociabilidade marcados por relações homosociais, nos quais a presença de mulheres lésbicas e bissexuais se mostra significativa (Kessler, 2020).

Entretanto, é importante distinguir a compreensão desses espaços como ambientes de sociabilidade entre mulheres que tensionam a matriz heteronormativa da recorrente associação estigmatizante entre a prática do futebol e a homossexualidade. Como argumentam Altmann e Reis (2013, p. 223), persiste a “[...] classificação, ou mesmo a reincidente suspeita, de que mulheres que jogam futebol são homossexuais [...]”. Tal associação opera como uma estratégia discursiva que busca regular simultaneamente gênero e sexualidade, demarcando o futebol como uma prática que desafia expectativas tradicionais de feminilidade. Nesse sentido, a presença expressiva de atletas que se identificam fora da norma heterossexual não pode ser interpretada como uma relação causal com a prática esportiva, mas como um elemento que revela a complexidade das dinâmicas de pertencimento, reconhecimento e resistência presentes nesses espaços. Essa discussão torna-se particularmente relevante quando considerada no âmbito das relações estabelecidas com treinadores/as.

O treinamento esportivo é atravessado por relações de poder e autoridade que, historicamente, foram estruturadas a partir de referências masculinas e heteronormativas. Assim, a convivência entre atletas com identidades e orientações sexuais diversas e profissionais responsáveis pela condução dos treinamentos pode produzir tensões, negociações e diferentes formas de reconhecimento ou invisibilização dessas identidades no cotidiano esportivo. Nesse contexto, compreender quem são essas atletas e quais trajetórias sociais e identitárias atravessam suas experiências contribui para analisar de forma mais aprofundada as dinâmicas relacionais que se estabelecem no interior das equipes.

Por fim, é interessante observar que a maioria de nossas entrevistadas é graduada ou discente do curso de Educação Física e a ocupação profissional da metade delas é como treinadora de futsal e/ou futebol (A2, A3, A5), aspecto que merece destaque. Essa condição evidencia um movimento de permanência dessas

mulheres no campo esportivo para além da posição de atletas, passando a ocupar também espaços de condução técnica e formação de equipes. Em modalidades historicamente marcadas pela predominância de homens, como o futebol e o futsal, a presença de mulheres em funções de comando ainda é relativamente limitada, o que torna essas trajetórias particularmente significativas.

Nesse sentido, a transição da posição de atleta para a função de treinadora pode produzir deslocamentos importantes nas formas como essas mulheres percebem e interpretam as relações estabelecidas no ambiente esportivo. Ao vivenciarem tanto a posição de quem recebe orientações quanto a de quem exerce autoridade técnica, essas participantes passam a ocupar lugares distintos nas dinâmicas de poder que estruturam o campo esportivo. Tal experiência pode favorecer uma leitura mais crítica sobre práticas naturalizadas nas relações entre treinadores/as e atletas, incluindo comportamentos que, muitas vezes, são legitimados em nome da disciplina, do rendimento ou da formação esportiva.

Assim, a presença de entrevistadas que também atuam como treinadoras amplia as possibilidades analíticas da pesquisa, uma vez que suas narrativas são atravessadas não apenas pelas experiências vividas enquanto atletas, mas também pelas reflexões decorrentes de sua atuação profissional no esporte. Esse duplo pertencimento ao campo esportivo contribui para problematizar as formas como práticas de autoridade, cuidado, negligência ou violência são produzidas, percebidas e, por vezes, reproduzidas no cotidiano das equipes.

3.2 Relatos de situações de negligência, violência, abuso ou assédio no contexto esportivo

Observou-se nesta pesquisa que nem uma das nossas participantes relataram abusos ou assédios sexuais por parte de seus/suas treinadores/as em suas jornadas esportivas. E com a exceção de (A2), as demais participantes sofreram ou testemunharam outras violências de seus treinadores.

A categoria gênero ocupa lugar central fundamental nesta pesquisa. Inspiradas na perspectiva de Scott (1995), que compreende o gênero como um elemento constitutivo das relações sociais e como uma forma de organização das relações de poder, analisamos as narrativas das atletas considerando que as situações de violência relatadas emergem em um contexto relacional marcado por hierarquias de gênero. Nesse cenário, a posição de autoridade ocupada por treinadores homens no campo esportivo evidencia como tais relações podem produzir assimetrias de poder que atravessam as experiências das atletas.

O assédio moral foi a violência mais presente nos discursos das atletas, e, por diversas vezes, elas a normalizam, considerando que isso é inerente ao esporte ou aos ambientes competitivos principalmente nos momentos de cobrança por resultados. Esse tipo de assédio é caracterizado “pela exposição de pessoas a situações humilhantes e constrangedoras, geralmente de forma repetitiva e prolongada, que ofendem a dignidade ou integridade psíquica” (Ministério Público do Trabalho, 2018, p. 8) e “ofender, xingar ou ameaçar atletas para que melhorem o seu desempenho no esporte” (p. 13) de forma recorrente é entendido como um tipo assédio moral. A participante A1 não relata que já tenha sido xingada por nenhum treinador em sua entrevista, mas quando questionada acerca das mudanças de comportamento dele em treinos e competições, ela diz que: “*se a gente errava alguma coisa, ele ficava puto, xingava a gente e tudo mais.*” (A1).

Abreu (2022) afirma que as agressões verbais, como exemplificadas pelas atletas por meio dos xingamentos, podem ser naturalizadas e incentivadas na nossa sociedade a partir dos seus incutidos valores machistas e da normalização da violência contra mulher. Segundo ela, “existe uma linha tênue de permissividade – como se as reações violentas fossem parte de um comportamento natural” (Abreu, 2022, recurso *online*). No contexto do futebol e do futsal no Brasil, gritos e xingamentos são frequentemente percebidos e comentados como parte constitutiva

da dinâmica esportiva, sendo naturalizados como reações esperadas do ambiente competitivo, o que tende a invisibilizar ou minimizar situações potencialmente associadas a práticas de violência.

Os xingamentos e gritos foram respostas frequentes de nossas entrevistadas para as perguntas sobre as cobranças e as demonstrações de insatisfações dos treinadores em treinos, mas principalmente em jogos. “[...] Por trás da violência está uma impotência específica que visa ser sanada na ação. Quem não consegue falar, pode sempre começar a xingar (Tiburi, 2018, recurso *online*) e a partir desse recorte do texto da professora Márcia Tiburi, questionamos: “Será que os/as treinadores/as percebem essa dificuldade de comunicação com as atletas?”; “Por que é necessário recorrer aos xingamentos e gritos para chamar a atenção da equipe quando as coisas não estão caminhando bem?”; “Será que não existem outras formas de comunicar essa insatisfação?”.

Destacamos outros casos de assédio moral e/ou violência psicológica experienciados pela atleta A5, que também vivenciou o esporte de rendimento durante sua adolescência:

“Os treinadores, eram evangélicos então assim, eles tentavam a todo custo impor a religião dele sobre a gente. [...] E o fato deles não aceitarem a minha orientação sexual e de outras meninas. [...] ele dizia que tinha medo de uma das minhas amigas, assim, ela é hétero, e ele tinha medo que essa menina fosse influenciada por minha causa.” (A5)

Percebemos, em um só depoimento, a intolerância religiosa e a homofobia protagonizadas por um treinador. Tais violências são caracterizadas como assédio moral pelo Ministério Público do Trabalho (2018) e Instituto Olímpico Brasileiro (2021); já pelas definições do Comitê Olímpico do Brasil (2021), ambos também podem ser caracterizados como violência psicológica.

O relato da atleta indica que as relações estabelecidas no interior da equipe extrapolavam o âmbito técnico do treinamento, assumindo contornos de regulação moral e de controle sobre aspectos da vida pessoal das atletas. Ao mencionar que os treinadores buscavam impor suas crenças religiosas e manifestavam rejeição à orientação sexual de algumas jogadoras, a narrativa revela um ambiente no qual determinadas identidades são deslegitimadas ou tratadas como problemáticas.

Nesse contexto, o discurso do treinador ao afirmar ter “*medo*” de que uma atleta heterossexual pudesse ser influenciada por uma colega lésbica, sugere a construção de uma representação negativa da orientação sexual da atleta,

associando-a a uma espécie de ameaça ou risco para o grupo. Tal posicionamento pode produzir efeitos de constrangimento, estigmatização e isolamento, elementos frequentemente associados a formas de violência psicológica, que se manifestam por meio de discursos, atitudes e práticas que desqualificam ou inferiorizam sujeitos.

A atleta A5 se autodeclara bissexual e por meio do depoimento dela percebemos o medo do treinador de que ela influencie a sexualidade de uma companheira heterossexual de equipe. A literatura tem demonstrado que, embora o ambiente do futebol e do futsal de mulheres seja frequentemente caracterizado como um espaço homosocial, a homofobia ainda se faz presente e persiste no cenário esportivo (Kessler, 2020; Rosa et al., 2020; Silveira, 2008; Oliveira, 2014). Em muitos casos, essas manifestações são protagonizadas por indivíduos que ocupam posições de poder nas trajetórias esportivas das atletas, como familiares, treinadores/as e gestores/as (Menesson; Clément, 2003).

Além disso, estudos indicam que pessoas LGBTQIAP+ estão entre os grupos mais suscetíveis a sofrer diferentes formas de violência (Mountjoy et al., 2016). Apesar disso, a homofobia no contexto esportivo ainda é pouco investigada no âmbito das pesquisas internacionais sobre violências no esporte (Lang et al., 2023), evidenciando uma lacuna importante na produção científica e indicando a necessidade de maior atenção por parte da comunidade acadêmica.

Além disso, a atleta A5 também nos contou um episódio de negligência que ela e suas companheiras de equipe sofreram quando, ainda menores de idade, mudaram de cidade em que moravam para representar uma equipe de futebol em uma competição específica:

"[...] a principio a gente iria para lá, iria ajudar só na questão da alimentação... A gente iria ficar lá, eles iriam pagar a casa, bancar alojamento e tudo mais, e a gente teria que ajudar apenas com uma taxa lá no início. Beleza. Só que quando chegamos lá, logo de cara, a gente já teve que começar a ajudar em questão de alimentação e tudo mais. Até então ok. Só que aí passaram duas semanas e apareceu conta de água para a gente pagar, conta de luz, coisas que não estavam inclusas anteriormente [...]" (A5)

A noção de negligência pode ser definida por "qualquer pessoa com o dever de cuidado para com outrem e que em função de referida omissão permite que algum dano seja causado ou propicia um perigo de dano iminente" (Comitê Olímpico do Brasil, 2021).

O relato da atleta evidencia que as condições inicialmente apresentadas para sua permanência no projeto esportivo foram progressivamente modificadas após a chegada das jogadoras ao local. Segundo a narrativa, havia a promessa de que os custos relacionados à moradia e ao alojamento seriam assumidos pela organização, cabendo às atletas apenas uma contribuição inicial. No entanto, com o passar das semanas, novas despesas passaram a ser cobradas, como custos com alimentação, contas de água e energia elétrica, aspectos que, de acordo com a atleta, não estavam previstos no acordo inicial.

Quando se considera que as atletas eram menores de idade, essa situação assume contornos ainda mais problemáticos. Jovens inseridas em processos de formação esportiva encontram-se em uma posição de dependência em relação às instituições, treinadores e gestores responsáveis por sua permanência no ambiente esportivo. Nesse contexto, a alteração das condições previamente estabelecidas pode indicar situações de vulnerabilidade e desproteção, especialmente quando responsabilidades financeiras passam a ser atribuídas a atletas que ainda não possuem autonomia jurídica ou econômica para lidar com tais demandas, fora de suas cidades e longe das famílias. A dependência das jogadoras contribui para a aceitação de condições precarizadas,

A dependência das jogadoras em relação à estrutura de moradia e às oportunidades esportivas, pode limitar suas possibilidades de contestação ou negociação, contribuindo para a aceitação de condições reconhecidamente violentas e de exploração no esporte.

E não foi só a atleta A5 que expôs episódio de omissão por parte do seu treinador. A atleta A3 mostra abaixo como o treinador agiu permitindo a ocorrência de danos, suas condições de saúde diante de lesão em uma competição:

“Eu jogava de pivô, e aí fui disputar uma bola com a menina, e a menina pisou no meu tornozelo e eu virei o meu tornozelo. É... Naquela hora eu pedi para sair, não tinha a menor condição e ele disse ‘não, você vai continuar jogando’. Eu com muita dor, continuei jogando, meu pé como uma bola, mas mesmo assim na final do JEMG eu estava jogando porque ele falava que: ‘não foi nada’ [...]” (A3)

O relato da atleta evidencia uma situação em que a continuidade da participação esportiva foi priorizada em detrimento de sua condição física e de seu bem-estar. Encontramos situações similares no relatório “Census of athlete rights experiences (CARE)”, que pode ser traduzido como “Censo das Experiências dos

Direitos dos Atletas (CEDA)”, em que 20% dos/as participantes disseram ter sido obrigados/as a competir mesmo estando lesionados/as e, além de uma negligência, isso também pode ser considerado uma violência física (Rhind et al, 2021).

Prosseguindo com as violências relatadas pelas participantes, A4 descreve uma situação que pode ser compreendida como violência física no cotidiano de sua equipe:

“[...] eles meio que viam que às vezes não estava dando certo e a gente não estava jogando bem, aí eles falavam que iam [...] meio que apertar a gente ali para ver se melhorava. Tipo, sei lá, às vezes, dobrando o treinamento físico, por exemplo, meio que colocando uma pressão ali, para a gente meio que reagir, digamos assim. [...]” (A4).

No relato, a atleta indica que, diante de desempenhos considerados como insatisfatórios, membros da comissão técnica recorriam ao aumento significativo da carga de treinamento físico como forma de punição ou correção da performance. Segundo a participante, em algumas situações esses exercícios eram percebidos por suas companheiras como excessivos e ultrapassavam limites físicos suportáveis. Esse tipo de prática pode ser caracterizado como violência física quando envolve a imposição de atividades que colocam em risco a integridade corporal ou a saúde das atletas, incluindo exercícios forçados ou realizados em condições inadequadas (Instituto Olímpico Brasileiro, 2021). Evidências empíricas apontam que tais práticas não são incomuns no contexto esportivo. No relatório “CARE”, por exemplo, 27% dos/as atletas participantes relataram já ter sido punidos/as por meio de exercícios físicos ou treinamentos extenuantes (Rhind et al., 2021).

Práticas dessa natureza frequentemente ocorrem em contextos esportivos marcados por relações hierárquicas de poder, nas quais treinadores/as e membros da equipe técnica ocupam posições de autoridade e confiança em relação aos/às atletas (Hartill et al., 2023; Strand, 2021). Nessas situações, comportamentos potencialmente violentos, que ultrapassam os limites pedagógicos, do treinamento esportivo, podem ser naturalizados ou legitimados como estratégias de disciplina, motivação ou melhoria do desempenho, ainda que impliquem riscos à saúde física e ao bem-estar dos/as atletas (Mountjoy et al., 2016).

Nesse contexto, torna-se fundamental tanto o reconhecimento dessas práticas por parte das atletas quanto a conscientização das comissões técnicas acerca dos limites éticos e pedagógicos do treinamento, de modo a promover ambientes esportivos mais seguros e saudáveis.

Essa mesma atleta (A4), quando questionada sobre se já tinha se sentido humilhada por um treinador por ser mulher, relata que um treinador: “[...] *fazia umas piadinhas, acho que ele nem percebia, mas que tinha um tonzinho ali meio machista [...]*” (A4). Correlacionamos a fala da atleta A4 acima mencionada com as violências verbais vivenciadas por treinadoras ao longo dos cursos de formação promovidos pela CBF Academy (Guimarães; Barreira; Galatti, 2023). As pesquisadoras discorrem acerca dessas microagressões proferidas pelos instrutores dos cursos, sendo por vezes, disfarçadas por piadas. Além disso, revelam os receios das treinadoras em expor as violências e serem prejudicadas profissionalmente. Neste sentido, as estudiosas reforçam a necessidade de conscientização dos professores no que concerne às violências de gênero, culminando no “[...] distanciamento de piadas e comentários que reflitam as situações desiguais de poder [...]” (Guimarães; Barreira; Galatti, 2023, p. 10) e refletindo em um lugar mais seguro e confortável para elas.

Dito isso, refletimos que diante desse cenário, torna-se necessário problematizar o papel dos espaços de formação de treinadores/as na reprodução dessas práticas. Se, nos próprios cursos de formação, professores responsáveis pela qualificação profissional da modalidade reproduzem comentários e piadas de cunho machista, inclusive na presença de alunas, reforça-se um processo de naturalização dessas práticas. Considerando que esses docentes ocupam posições de autoridade e referência no campo esportivo, suas falas tendem a ser legitimadas e incorporadas pelos futuros treinadores/as, que podem reproduzi-las posteriormente em suas relações com atletas, interpretando-as como comportamentos aceitáveis ou mesmo normais no cotidiano esportivo.

Nesse sentido, os dados evidenciam que o ambiente de formação de treinadores/as deve assumir um papel ativo na desconstrução de estereótipos de gênero, na promoção de práticas pedagógicas pautadas no respeito, na ética, na equidade e na integridade das atletas, evitando a reprodução de representações machistas, preconceituosas e potencialmente violentas no contexto esportivo.

3.3 Impacto dos comportamentos dos/as treinadores/as no desempenho esportivo das atletas

Segundo Guiramand (2017), a aproximação entre treinadores/as e atletas

cria uma conexão profunda e complexa que ultrapassa as correções sobre as ações dentro das quatro linhas. Esta relação atravessa significados e emoções devido a construção de “[...] um forte vínculo, permeado por um misto de sentimentos que oscilam entre o afeto, a raiva, a admiração, a confiança e até mesmo a decepção” (Guiramand, 2017, p. 8).

Em qualquer relação humana, seja amorosa, institucional ou econômica, o poder está presente (Foucault, 2022). Portanto, pode-se afirmar que os laços entre treinadores/as e atletas não escapam a esta realidade e com o passar do tempo, a convivência e rotina, o/a treinador/a pode também acumular funções diferentes e importantes na vida da atleta (Guiramand, 2017). A figura dele/a ultrapassa os limites dos conselhos técnicos e táticos, das dicas sobre o jogo e pode interferir em outras relações comuns da vida humana (Pires, 2018; Fournier; Parent; Paradis, 2021).

A atleta A3 relatou como era sua convivência com o treinador responsável por representar a equipe no desporto escolar durante o Ensino Médio e nos contou como ele cobrava e demonstrava insatisfação:

“Por que você não está fazendo isso? Você não entende aquilo lá que eu falo? Você é burra?” [...] E nunca corrigia em si, só ficava falando: ‘está errado. Está errado!’” (A3)

Além da agressão verbal proferida, o treinador evidentemente não conseguia se comunicar de forma eficaz com sua atleta porque ela cometia erros em quadra, ele a ofendia e ela seguia sem compreender quais das suas ações estavam erradas e nem como poderia melhorar. Outra de nossas atletas entrevistadas, A5 também menciona que um dos seus treinadores sempre gritava para dar instruções e corrigir erros, entretanto:

“Quando, às vezes em treino ou em jogo, a gente errava e o treinador assim, tentava colocar a gente para cima, a gente acertava muito mais do que quando a gente errava e ele já gritava ou xingava a gente de alguma forma.” (A5)

É notório salientarmos que a atleta A5 menciona que quando o treinador agia de forma diferente do habitual, ou seja, quando tentava incentivá-las ao invés de apenas cobrá-las, proferindo gritos e xingamentos, elas melhoravam de rendimento.

A atleta A4 desabafa dizendo que:

“Muitas das vezes quando a pessoa meio que gritava, assim, ou eu tomava um ‘esporro’ digamos assim, eu não me sentia confortável, e aí eu meio que

não conseguia jogar, eu meio que sumia, assim, eu meio que tinha medo de tentar alguma coisa e errar.” (A4)

Os depoimentos de A4 também podem se encaixar em situações de violência psicológica que, diferentemente do assédio moral, pode acontecer apenas uma vez. Ela pode ser entendida como “humilhações, ameaças, xingamentos, chantagens, insultos, controle e comportamentos que diminuem, isolam e constroem alguém” (Instituto Olímpico Brasileiro, 2021) e como “uma conduta que causa dano emocional e diminuição da autoestima ou prejudica e perturba o pleno desenvolvimento” (Comitê Olímpico do Brasil, 2021).

“Então, acho que o mais marcante assim foi o treinador do ensino médio que pelo tato, pelo jeito que ele tratava a gente, eu posso até dar o exemplo, teve a final do estadual do JEMG, a gente tomou um gol em trinta segundos do primeiro tempo, saiu a bola, foi gol. Ele pediu tempo e acabou com a gente. Assim, a gente não precisava daquilo aquela hora, a gente precisava do apoio dele e ele usou várias palavras assim, eu não vou lembrar todos, mas como se a gente fosse nada, que a gente não merecia estar no final e tudo e aquele dia me marcou.” (A3)

A adolescência é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um período que merece atenção especial porque é uma época de muitas mudanças na vida desses/as jovens e é um período caracterizado, também, pela alta participação deles/as em ambientes esportivos (Mountjoy et al., 2016). Esses/as jovens estão “[...] mais vulneráveis ao abuso nesse momento devido à sua necessidade de cuidados, proteção e supervisão durante o desenvolvimento” (p. 1023, tradução nossa) e as pesquisas demonstram que comentários duros dos treinadores sobre as habilidades ou aptidão esportiva são importantes para que as mulheres, principalmente, permaneçam ou desistam do esporte (Eliasson; Johansson, 2021). A explanação a seguir demonstra isso:

“Eu sabia que eu poderia me doar mais quando era mais nova, mas chegou um momento até que no terceiro ano, eu até parei de jogar com eles. Que eu já não aguentava mais, era só feedback negativo... Até que eu parei de jogar”. (A3)

Assim como aconteceu com A3, as participantes da pesquisa de Eliasson e Johansson (2021) disseram que os comportamentos, a comunicação e a pressão dos/as treinadores/as afetaram na decisão de desistir de praticar a modalidade. Dito isso, e reconhecendo o impacto que os/as treinadores/as possuem na vida de suas atletas, proponho uma reflexão intrapessoal: Qual a parcela de responsabilidade destes treinadores/as quando elas desistem?”. “Quais são as contribuições de

treinadores/as de futsal/futebol para que mulheres atletas permaneçam nas modalidades no Brasil?

De acordo com as informações elucidadas por Mountjoy et al. (2016), a violência psicológica decorrente das relações entre treinadores/as e atletas tem prevalecido como objeto de estudo nas pesquisas acadêmicas em âmbito mundial.

Os prejuízos pessoais da violência (não acidental) aos atletas podem ser a longo prazo extremamente prejudiciais. O impacto de tais experiências pode se expandir e afetar familiares, amigos/as, companheiros/s de equipe e podem persistir por muito tempo mesmo depois do/a atleta deixar o esporte. A violência (não acidental) no esporte também pode ter graves efeitos negativos na saúde física, social e psicológica dos atletas. (Mountjoy et al. 2016, p. 1023, tradução nossa)

Destacamos que nem todas as atletas pareciam perceber algumas das violências que sofreram, ou seja, consideravam as violências que sofriam como parte do modo de treinar dos seus treinadores. Dessa forma, é importante ressaltar que enfrentamos no esporte essa lacuna relacionada ao letramento (Cazden et al., 2021) das atletas em violências do esporte, ou seja, o não reconhecimento pelas atletas de alguns tipos de violências. Tais situações parecem estar associadas ao desconhecimento das definições de violência, à insuficiente conscientização sobre o tema, às dificuldades de reconhecimento dessas práticas e à sua naturalização em um contexto esportivo historicamente marcado por estruturas patriarcais, como é o caso do futebol e do futsal.

Corroborando, há uma violência simbólica pairando a relação entre treinador e atleta, onde “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais” (Bourdieu, 2010, p. 46), ou seja, as atletas que são oprimidas pelos treinadores aceitam as formas de pensar e de agir deles, sem questionar ou resistir por acreditarem que essa situação é normal ou natural dentro do cenário esportivo. Embora elas reconheçam as violências, as atletas podem aceitá-las para não serem excluídas, preteridas e até desligadas de suas equipes.

De acordo com Bourdieu (2010, p. 50), “a força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física [...]” e ela “[...] instala-se pela adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante, pois o único instrumento de conhecimento do qual dispõe é compartilhado com o dominante [...]” (Souza Júnior; Reis, 2023, p.

258). É por meio dessa violência simbólica que muitos treinadores agem para “controlar seu grupo de trabalho”, como por exemplo, justificando suas atitudes agressivas, inibindo as opiniões de atletas, ainda mais quando contrárias, e não oferecendo oportunidades para que se tornem, gradativamente, mais independentes.

Nos casos do assédio moral e das violências de gênero, tais condutas podem ser naturalizadas e suas manifestações podem ser cíclicas, ou seja, podem combinar atitudes mais “tranquilas” e posteriormente, “[...] episódios mais agressivos sempre no sentido de ir forçando os limites do que é aceitável ou apropriado (Cotta, 2022, recurso *online*), dificultando ainda mais a percepção das violências por parte das atletas.

Consideramos as possíveis falhas no reconhecimento de violências no esporte também para os profissionais atuantes na área, sejam treinadores/as, membros da comissão técnica e/ou gestores/as. Por vezes, não reconhecemos (e estou escrevendo também como treinadora neste momento) as violências que protagonizamos e que os/as nossos/as companheiros/as de equipe e de profissão perpetuam, seja por um desconhecimento de suas definições ou por uma cultura do treinamento e do ambiente esportivo.

Em uma breve interlocução com Becker (2008), consideramos que dentro da esfera esportiva do futsal/futebol há uma subcultura que “justifica” comportamentos desviantes, ou seja, comportamentos violentos tais como gritos, cobranças excessivas, xingamentos, punições físicas entre outras violências destacadas pelas nossas atletas e congruentes com a literatura. E, por muitos momentos, essas atitudes são mascaradas pela incessante busca por uma vitória a qualquer custo; pelos valores estritamente hierárquicos que não reconhecem as atletas como protagonistas e não as permitem expressar suas opiniões e sentimentos; e pelo patriarcalismo, sistema social e cultural que valoriza a autoridade e o poder masculino sobre o feminino, que se estabelecem entre treinadores/as e atletas.

Recusamo-nos a dizer que há uma só essência no esporte porque sabemos e acreditamos em suas virtudes; mas é inevitável dizer que os ideais patriarcais, hierárquicos, violentos e opressores podem estar perpetuados em campos e quadras de todo o nosso país.

4. Considerações finais

O que podemos observar nesta pesquisa é que as relações interpessoais entre treinadores/as e atletas é permeada por complexidades sociais que giram em torno de uma cultura violenta. Nesse sentido, afirmamos a necessidade de elucidar, exemplificar e demonstrar que essas situações violentas, por mais que possam ser silenciadas e/ou subnotificadas, estão presentes nos discursos das atletas entrevistadas.

O universo do futsal de mulheres na dimensão amadora que investigamos, se torna então um objeto de estudo singular que nos permite ampliar e aprofundar nossos olhares para complexidade e multiplicidade de fenômenos culturais que estão imbricados no contexto esportivo e que tem um significado enorme de permanência na prática esportiva para as mulheres.

Pensando na sintonia entre o campo de jogo de futsal e campo acadêmico, esta pesquisa tem potencial para dialogar e impactar treinadores/as, atletas entidades esportivas, gestoras/es e demais instituições e pessoas envolvidas com a gestão e o ensino do esporte de mulheres. Sua dimensão política pode, assim, maximizar as oportunidades de oferecer um esporte seguro e positivo para mulheres, além de minimizar e conscientizar treinadores/as sobre os impactos de relações abusivas.

A falta de letramento em violências de gênero no esporte é um problema que pode ter consequências negativas para as vítimas e para o esporte como um todo. Assim, evidencia-se a necessidade de ampliar ações educativas e processos formativos acerca da violência de gênero no esporte, possibilitando o reconhecimento dessas práticas e o desenvolvimento de estratégias adequadas para seu enfrentamento. É necessário olharmos atentamente para a educação formal e informal de treinadores/as que trabalham (ou pretendem trabalhar) com o futebol/futsal de mulheres para que esse grupo possa ter acesso a cursos, textos, conteúdos ou informações destinadas à prevenção do abuso/assédio nos esportes.

Ademais, espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate sobre a temática no âmbito da comunidade acadêmica, incentivando o desenvolvimento de novas investigações. Pretende-se também que seus resultados possam dialogar com entidades esportivas, estimulando a criação e o fortalecimento de mecanismos de proteção e prevenção, bem como a implementação de canais especializados de

escuta e denúncia. Por fim, espera-se que este trabalho possa servir como subsídio para fomentar reflexões entre treinadores/as de futsal no Brasil acerca da importância de se preparar, refletir e aprofundar o estudo sobre essa temática.

Referências

ABREU, Rosa Lúcia Costa de. Agressão verbal é crime: saiba como identificar e combater! 15, mar, 2022. **Monteiro e Abreu - Sociedade de advogados.**

Disponível em: <<https://monteiroeabreu.com.br/agressao-verbal-e-crime-saiba-como-identificar-e-combater/>>. Acesso em: 22 nov., 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen, 2019.

ALTMANN, Helena; REIS Heloisa Helena Baldy dos. Futsal feminino na América do Sul: trajetórias de enfrentamento e de conquistas. **Movimento.** Porto Alegre, v. 19, n. 03, p. 211-232, jul/set. 2013.

ALVES, Camila. "Meu técnico tentou me beijar": levantamento inédito revela casos de assédio no futebol feminino. 19 abril 2024. **GE.** Disponível em:

<<https://ge.globo.com/sp/futebol/noticia/2024/03/19/meu-tecnico-tentou-me-beijar-levantamento-inedito-revela-casos-de-assedio-no-futebol-feminino.ghtml>>. Acesso em 16, mar 2026.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um material prático.** 7ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008, cap. 1. p. 17 – 35.

BECKER, Howard. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BONFIM, Aira Fernandes. **Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos:** uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941). 2019, Dissertação (História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941.** Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, 16 abr. 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Ricardo Souza de; PRADO, Denis. Futebol e decolonialidade: a história do jogo entre as tensões e as resistências. In: SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de; CARVALHO, Ricardo Souza de; PRADO, Denis. (org.). **Do futebol moderno aos futebolis transmodernos: a utopia da diversidade revolucionária**. São Carlos: EdUFSCar, 2023. cap. 09, p. 168 – 182.

CAZDEN, Courtney; COPE, Bill; FAIRCLOUGH, Normal; GEE, James; KALANTZIS, Mary; KREES, Gunther; LUKE, Allan. Glossário. In: RIBEIRO, Ana Elisa; CORRÊA, Hércules Toledo. (org.). **Uma pedagogia dos multiletramentos. Desenhando futuros sociais**. 1. ed. Belo Horizonte: LED, 2021. (1, v. 1), p. 67 – 136.

CEDECA. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan. **A infância entra em campo: riscos e oportunidades para crianças e adolescentes no futebol**. Salvador: CEDECA, 2014.

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL. **Política de prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e ao abuso sexual no âmbito do Comitê Olímpico do Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/documentos/download/aee6975bcc4d0>. Acesso em: 23 nov, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL. **Política de prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e ao abuso sexual no âmbito do Comitê Olímpico do Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/documentos/download/aee6975bcc4d0>. Acesso em: 23 nov, 2023.

COSTA, Jaqueline Elizabeth da; DIAS, Nyanne; OLIVEIRA, Elson Aparecido de; ABURACHID, Layla Maria Campos; GRUNENVALDT, José Tarcísio. A mulher em quadra: evidências contemporâneas do contato inicial com futsal. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, São Paulo. v.10. n.41. Suplementar 2. p. 694-702. Jan./Dez. 2018. ISSN 1984-4956

COTTA, Mayra. “O ambiente de trabalho foi construído historicamente para excluir as mulheres, e nós ocupamos todos os dias esses espaços enfrentando esta interdição”. 31 maio 2022. **OAB Espírito Santo**. Disponível em: <https://www.oabes.org.br/noticias/o-ambiente-de-trabalho-foi-construido-historicamente-para-excluir-as-mulheres-e-nos-ocupamos-todos-os-dias-esses-espacos-enfrentando-esta-interdicao-562142.html>. Acesso em: 21 set 2023.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **Demarginalizing the intersection of race and sex**. University of Chicago Legal Forum, 1989.

ELIASSON, Inger; JOHANSSON, Annika. The disengagement process among young athletes when withdrawing from sport: A new research approach. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 56, n. 4, p. 537 – 557, 2021.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoetnografia: un panorama. **Astrolabio**, [S. l.], n. 14, p. 249–273, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 14. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.

FOURNIER, Carolane; PARENT, Sylvie; PARADIS, Hélène. The relationship between psychological violence by coaches and conformity of young athletes to the sport ethic norms. **European Journal for Sport and Society**, v. 15, n. 2, p. 1 – 19, Fev 2021.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **A contribuição dos estudos de gênero e feministas para o campo acadêmico-profissional da Educação Física**. In: DORNELLES, Priscila Gomes; WENETZ, Ileana; SCHWENGBER, Maria Simone Vione (Org.). Educação física e gênero: desafios educacionais. Ijuí: Unijuí, 2013. p. 23-43.

GUIMARÃES, Karen Letícia; BARREIRA, Júlia; GALATTI, Larissa Rafaela. “Ser mulher em um curso de futebol já é começar com um passo atrás”: experiências das treinadoras em cursos da CBF Academy. **Movimento**, v. 29, p. e29010, jan./dez. 2023.

GUIRAMAND, Michelle. **Treinador e atleta: significados de uma relação na aprendizagem e desempenho esportivo de alto rendimento à luz da teoria de Buber**. 2017. 215 p. Tese (Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

HARTILL, Mike; RULOFS, Bettina; ALLROGGEN, Marc; DEMARBAIX, Stephanie; DIKETMULLER, Rosa; LANG, Melanie; MARTIN, Montserrat; NANU, Ioana; SAGE, Daniel; STATIVA, Ecaterina; KAMPEN, Jarl; VERTMMEN, Tine. Prevalence of interpersonal violence against children in sport in six European countries. **Child Abuse & Neglect**. 146. 2023.

INSTITUTO OLÍMPICO BRASILEIRO. Caderno de estudos de casos, com sugestão de ações de enfrentamento e acolhimento. [S.l.], 2021.

KESSLER, Cláudia Samuel. **“Entra aí pra completá”**: Narrativas de jogadoras do futsal feminino em Santa Maria - RS. 2010. 128 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

KESSLER, Cláudia Samuel. **Mais que barbies e ogras**: uma etnografia do futebol das mulheres no Brasil e nos Estados Unidos. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, 2015.

KESSLER, Cláudia Samuel. “São tudo sapatão”: lesbianidades e heteronormatividade no futebol/futsal. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 7, n. 3, p. 45 – 62, set/dez, 2020.

KNIJNIK, Jorge Dorfman. **Femininos e masculinos no futebol brasileiro**. 2006. 475 p. Tese (Doutorado em Psicologia) — Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

LANG, Melanie; MERGAERT, Lut; ARNAUT, Catarina; VERTOMMEN, Tine. Gender-based violence in sport: prevalence and problems, **European Journal for Sport and Society**, 20(1), 57-78, 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogia da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. cap. 1, p. 07 – 34.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; MARCHI JUNIOR, Wanderley. A cobertura midiática sobre o futsal masculino no Brasil: perspectiva dos atletas da Seleção Brasileira Principal. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, p. 1 – 18, e25018, 2019.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 287-298, maio/ago, 2004.

MARTINS, Mariana Zuaneti; SILVA, Kerzia Railane Santos; VASQUEZ, Vitor. As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no Brasil. **Movimento** (Porto Alegre), v. 27, e27006, jan./dez. 2021.

MENNESSON, Christine; CLÉMENT, Jean-Paul. Homosociability and Homosexuality: The Case of Soccer Played by Women. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 38, n. 3, p. 311 – 330, Sep, 2003.

MINAYO, Maria Cristina de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cristina de Souza. (org.). **Pesquisa social - Teoria, método e criatividade**. 28 ed. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009. cap. 1, p. 9 – 29.

MINAYO, Maria Cristina de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621 – 626, jan 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Guia de orientação sobre assédio moral e sexual nos esportes. 2018. Disponível em: https://www.cbat.org.br/assedio_atletismo/cartilha_assedio_mpt.pdf. Acesso em: 12 jun 2021.

MOUNTJOY Margo; BRACKENRIDGE, Celia; ARRINGTON, Malia, BLAUWET, Cheri; CARSKA-SHEPPARD, Andrea; FASTING, Kari; KIRBY, Sandra; LEAHY, Trisha; MARKS, Saul; MARTIN, Kathy; STARR, Katherine; TIIVAS, Anne; BUDGETT, Richard. International Olympic Committee consensus statement:

harassment and abuse (non-accidental violence) in sport. **Br J Sports Med**, 2016; 50:1019–1029. 2016.

NASCIMENTO, Karine. **A verdadeira regra do impedimento**: A história do futebol feminino cearense. 2. ed. Natal, RN: Primeiro Lugar, 2020. 160 p.

OLIVEIRA, Valleria Araujo de. **Periquetes, sapatos e mulherzinhas**: (des) construindo o que é “ser mulher” no campo de futebol. 2014. 184 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

OHLERT, Jeannine; VERTOMMEN, Tine; RULOFS, Bettina; RAU, Thea; ALLROGGEN, Marc. Elite athletes' experiences of interpersonal violence in organized sport in Germany, the Netherlands, and Belgium. **European Journal of Sport Science**. v. 21, n. 4, 604–613, 2021.

PIRES, Bárbara Aparecida Bepler. **"Como elas chegaram até aqui?"**: As trajetórias esportivas de mulheres atletas de futsal. 2018. 132 p. Monografia (Bacharelado em Educação Física) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

RHIND, Daniel J.; MUSSON, Hayley; FLORENCE, Andrea; GILPIN, Pamela; ALFORD, Gigi. **Census of athlete rights experiences**. 11 may, 2021. Nyon: World Players Association; Uni Global Union, 2021. 93 p. Disponível em: <https://worldplayerscare.co/>. Acesso em: 23 nov, 2023.

ROSA, Marcelo Victor; JITSUMORI, Carlos Igor; BORGES, Andrey Monteiro; RIBEIRO, Maria Elizia. Mulheres e futebol: um estudo sobre esporte e preconceito. **Revista Gênero**, Niterói, v. 21, n. 1, p. 190-218, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n 1, p. 145-159, 2013.

SILVEIRA, Raquel da. **Esporte, homossexualidade e amizade**: estudo etnográfico sobre o associativismo no futsal feminino. 2008. 156 p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de; REIS, Heloísa Helena Baldy dos. Dick' Kerr Ladies: uma história de mulheres, futebol, violência simbólica e resistência. In: SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de; CARVALHO, Ricardo Souza de; PRADO, Denis. (org.). **Do futebol moderno aos futebolis transmodernos**: a utopia da diversidade revolucionária. São Carlos: EdUFSCar, 2023. cap. 13, p. 243 – 260.

STIRLING, Ashley E.; KERR, Gretchen A. Abused athletes' perceptions of the coach-athlete relationship. **Sport in Society: Cultures, Commerce, Media, Politics**. Londres, Inglaterra, v. 12, n. 2, p. 227-239, mar. 2009.

STIRLING, Ashley E.; KERR, Gretchen A. The perceived effects of elite athletes' experiences of emotional abuse in the coach-athlete relationship. **International Journal of Sport and Exercise Psychology**. Abingdon, Inglaterra, v. 11, n. 1, p. 87-100, 2013.

STRAND, Brad. 2021. Athletes' and Coaches' Impressions of Questionable Coaching Practices and Bullying (Emotional Abuse). **Athens Journal of Sports**. V. 8, Issue 4, Dec. 2021

TIBURI, Marcia. Teoria geral do xingamento. 17 mai, 2018. **Cult**. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/teoria-geral-do-xingamento/>. Acesso em: 22 nov, 2023.